

DOS ESPAÇOS E SÍTIOS DE HOJE AOS ESPAÇOS E SÍTIOS DO PASSADO – COMO SE FAZ A PONTE?*

É evidentemente a vivência (incluindo a minuciosa e detalhada observação) dos espaços e sítios actuais que nos permite imaginar o quadro das hipóteses possíveis das vivências dos espaços e sítios do passado. Os “espaços e sítios do passado” são produtos da nossa imaginação científica, orientada por uma série de metodologias de análise e de interpretação através das quais vamos estabelecendo cenários plausíveis. Os cenários plausíveis são obviamente os que ainda não foram descartados, pela intuição científica fundamentada, como inverosímeis. Essa intuição vale-se tanto do que habitualmente se designa “dados” (resultados da observação empírica) como do que habitualmente se designa “teorias” (hipóteses baseadas num conhecimento interdisciplinar da realidade humana, para o qual se convocam os saberes de todas as ciências sociais e da própria filosofia), adentro de um pensamento dicotómico, dualista, tradicional, que há que ir ultrapassando, na medida em que nos permita superar a “ordem do discurso” em que fomos forma(ta)dos. “Dados” e “teorias” estão em relação dialéctica, tratando-se sobretudo de uma questão de escala, de posição numa relação de rede: um “dado” por ser simultaneamente “teoria” para uma realidade de escala mais baixa, e uma “teoria” pode ser “dado” para uma realidade de escala mais alta, por exemplo.

Na abordagem e interpretação dos sítios, bem como da teia espacial em que se integram, é muito importante a cultura geral do arqueólogo, sendo indispensável a formação antropológica. Para irmos utilizar as realidades “exóticas” da antropologia cultural ou etnologia como tabelas de referência ou receitas para aplicar aos nossos contextos de trabalho? Certamente que não. Cada sítio é um sítio, cada “cultura” uma “cultura”, o que está perante nós como realidade arqueológica é um “resto” muito complexo de uma grande sobreposição de “acontecimentos” “sociais e “naturais”, e ignorar essa diversidade em nome da necessidade da interpretação, do conhecimento (que tende sempre para a síntese, para a ideia geral, e portanto para um certo reducionismo) é matar a galinha dos ovos de ouro da arqueologia. Ter a elasticidade mental de mudar de escalas com grande rapidez, e de adaptar permanentemente uma bagagem a um contexto de observação é o que define o bom cientista, o cientista inventivo.

No caso do espaço, a primeira ideia é perguntar se tal noção tem universalidade.

* Resumo (versão portuguesa) da conferência apresentada em Viseu, no Instituto Politécnico local, no dia 8 de Abril de 2005, durante o Colóquio organizado pelo Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta (CEPBA) sob o tema “Espaços da Pré-história do Centro e Norte Peninsular”. Nesta reunião apresentaram também conferências os colegas Profs. Christopher Tilley (Univ. de Londres), Germán Delibes de Castro (Univ. de Valladolid) e Susana Oliveira Jorge (Univ. do Porto).

Obviamente que não. A nossa, específica, relação ocidental com o “espaço” não se aplica a outras sociedades, tanto ao nível macro do território, como ao nível micro da domesticidade. A própria domesticidade e intimidade têm registos e regimes muito variáveis no espaço e no tempo. Por exemplo, a ideia da unidade doméstica ou casa, e depois da sua aglomeração em aldeia (muitas vezes subjacente à noção de “habitat” ou “povoado” que os arqueólogos usam muito acriticamente) não é de maneira alguma universal, ou generalizável.

O que era um sítio no passado? Depende de conceptualizações, de representações que podiam também ser muito diversificadas. Não podemos, em ciência, “to take for granted” aquilo que é para nós evidente, hoje.

A visibilidade dos sítios, e, dentro destes, de cada uma das suas características, para nós tão importante, sê-lo-ia assim no passado? Não necessariamente. Os regimes de visibilidade e de invisibilidade, de monumentalidade e de não monumentalidade, têm evidentemente de ser estabelecidos para cada contexto espacio-temporal. A dicotomia funcional/simbólico (para já não falar no tão esgotado recurso ao “ritual” como forma puramente retórica de preencher vazios do nosso discurso) teria sentido? Pelo que sabemos das conceptualizações do espaço e da “tecnologia” das sociedades não europeias, e mesmo da nossa, podemos responder que não.

Saber que determinadas interpretações se não aplicam não é perda, é ganho; não é um passo para a ignorância, mas para saber mais. Saber (intuir, confortado pela experiência e pela observação) que não se sabe, ou que o que se julga saber não faz sentido – por muito evidente que pareça – é já saber muito. É assim que progride o conhecimento, que não dispensa toda a metodologia herdada, mas não pode apenas repetir ou ampliar rotinas, tendo por obrigação inventar paradigmas novos mais ajustados aos conhecimentos interdisciplinares de hoje. É de fora da arqueologia – como em qualquer saber – que vêm os conhecimentos e sugestões mais interessantes para a própria arqueologia. Por isso, não tem sentido uma teoria da arqueologia, ou mais concretamente do espaço em arqueologia, porque nos conduz quase inevitavelmente a generalizações redutoras.

Nós não podemos fazer a economia da investigação, processo por definição não acabado, saltando de contextos particulares para amplas conclusões gerais, para comparações a grande escala. Se o estudo de um sítio pode demorar dezenas de anos, se em Portugal poucos foram investigados e documentados sistematicamente, se temos em geral falta de quadros antropológicos de referência, para já não falar de todas as deficiências da reconstituição de paleo-ambientes, etc., como podemos querer fazer uma boa “pré-história” em Portugal, isto é, uma arqueologia interessante dessa época? Mas a famosa “escassez de dados”, frase feita do positivismo, não é justificação para a escassez de ideias. “Dados” e “ideias” (para usar novamente uma dicotomia perversa) precisam de permanentemente se ampliar em articulação, e em vez da nostalgia de “queremos saber tudo” (seria uma originalidade em qualquer ciência), deveremos assumir uma outra postura, simultaneamente mais modesta e mais ambiciosa (os extremos tocam-se). Qual é? Trabalharmos para aumentar os nossos registos de observação e as nossas experiências de campo e de gabinete, e trabalharmos, ainda, para aumentar a nossa imaginação, a nossa cultura, a nossa formação em ciências sociais e humanas.

Do aprofundamento dos nossos conhecimentos de antropologia do espaço e dos sítios, e das “tecnologias” e “cadeias operatórias” das arquitecturas, por um lado, e da criação de

uma cultura arqueológica aberta à interdisciplinaridade, e em particular a todas as outras áreas que “pensam” o espaço (da fenomenologia à teoria do bailado e da performance), por outro, ir-se-ão construindo pontes para entendermos melhor os “sítios do passado”, as possíveis razões de ser da sua fisicalidade, os quais observamos e tanto nos intrigam.

O passado não é um país estranho (aliás, no mundo de hoje haverá países estranhos?). É apenas um “país” que requer trabalho. E o trabalho já deixou de ser o que era, aprofundar sempre a mesma coisa. Diferentemente, o trabalho é a extensão rizomática do ser – e neste caso do ser dito “pensante”, imaginativo, prenunciador, “vendo” para além do que parece óbvio – a todas as possibilidades da intensidade, quer dizer, da vivência e da racionalidade. Ou seja, a utilização do corpo todo, como desejo vibrante de saber “o novo”. O passado é o nosso “novo”, arqueólogos.

Porto, 2.4.2005

Vitor Oliveira Jorge
DCTP-FLUP